

PIXAÇÕES NA METRÓPOLE: UMA PEDAGOGIA FORA DA LEI.
Gustavo **Coelho** – UERJ
Agência Financiadora: FAPERJ

Começo este trabalho, justamente, evidenciando o problema que me impulsionou a escrevê-lo – “uma ficção chamada cidade”. Chamo de ficção, uma vez que suas ruas, suas praças, ou seja, seus espaços públicos, onde deveria estar o ponto alto de sua pulsão vida, vem sendo, costumeiramente, alvo de um pensamento funcionalista que ganha o tom de grande parte das ações públicas, geralmente recheado de desejos e, por que não, fetiches da ordem, do regimento da vida em prol de algo a ver com “uma civilização melhor”. Uma invenção de pensamento que, a um olhar um tanto mais atento, torna evidente toda sua pretensa vontade de verdade, todo seu arsenal de beatitudes publicados, a qualquer custo, pelo poder do discurso. “Ordem e progresso” acima de tudo, não importando o quanto de vida deva ser apagado, higienizado para realização ou para a ingênua busca destes ideais que, apesar de serem datados, remetendo imediatamente a militarismos e nacionalismos de algumas décadas passadas, ainda hoje, mesmo que, de certa maneira, dissimulados, continuam atravessando grande parte de um discurso que se postula e se pretende gestor de nosso ambiente, mesmo que, para isso, precise, nefastiosamente, entrar sorrateiro em nossas vidas tornando-se símbolo até que o discurso não só se justifique, mas se propague; afinal, é o “bem” e este deve, volto a dizer, a todo custo, acima de qualquer suspeita, ou melhor, ao custo de vidas e de almas, ser sempre bem-vindo.

É, portanto, a partir desta problematização, que proponho a dilatação do entendimento do que é a cidade, para além de seus já viciados primeiros olhares reduzidos a funcionalidades, para além de seus problemas de habitação e circulação, mas entendendo-a como um corpo que, como nós, sofre ações reguladoras e, por que não, educativas, a cada fonte de indisciplina, ou melhor, a cada fonte de outras lógicas e

outras estéticas que ponham em cheque as oficialidades e cânones do “bem”, de quem as gere. De todo modo, de antemão, já anuncio a falência de tal projeto, afinal a cidade é um dos piores alunos, daqueles que “não ouvem”, daqueles que “falam junto”, daqueles que “dão dor de cabeça”, daqueles “hiperativos”. Em outras palavras, a dissonância, tão própria do acontecimento urbano, é, a meu ver, o que ainda faz sobreviver a própria cidade, afinal de contas, enredada e cosmopolita, é ela, hoje, muito mais fonte ativa de comunicação do que meio passivo de transmissão. Eis, então, seu aspecto não domesticável, incontrolável e irônico.

Como maneira de desnaturalizar essa postura funcional frente ao projeto urbano, ou melhor, como maneira de pôr em questionamento o que parece ser inquestionável, fui, influenciado por Foucault, buscar, na própria história da humanidade, em especial da formação das cidades, alguns eventos que, por mostrarem uma série de modos de relação e de valores quase incompreensíveis para o nosso tempo, provoquem um profundo desconforto frente à nossa própria história, ou seja, frente ao nosso passado e, em última instância, frente a nós mesmos. Jogando, portanto, por água abaixo a receita básica, ou melhor, o sonho confortável dos risos amarelos de que, quanto maior o controle público, melhor será a vida e mais perto da civilidade estaremos. Escolhi um caso em especial por tratar do “roubo”, algo tão execrado em nossa atual sociedade, mas que, naquele momento, não só era aceito, como era um direito e, ainda, motivo de festa. No começo do século XV, numa vila suíça, a casa de um morador rico foi assaltada, porém, indo de encontro ao conceito moderno de direito, tudo teve que ser encarado como uma brincadeira, a qual terminou numa longa bebedeira envolvendo, inclusive, os empregados da casa. Tudo isso “justificável pelo ‘direito de furto’ próprio do ritual carnavalesco e que teria podido derivar perfeitamente da cultura juvenil.” (SCHINDLER, 1996, p. 267). “Direito de furto”? Seríamos capazes de, hoje,

conseguirmos conviver com isso? É bem verdade que o valor de propriedade não tinha suas bases tão bem fincadas quanto hoje. Será, portanto, que, de fato, caminhamos para uma harmonia, para um equilíbrio, em suma, para uma civilidade, como acreditam os defensores da ordem?

Sobre este mesmo estranhamento com o próprio passado, vale ressaltar uma bela frase de Jorge Larrosa que repete o que já afirmei, mas com uma beleza que, de fato, não posso deixar de mencionar: “Se trata de assinalar que há algo em nosso passado que não podemos chamar de nosso, que se pode tomar como o outro do que somos.” (2005, p. 134). Eis, portanto, o nosso próprio passado como prova da fragilidade com que, muitas vezes, julgamos determinadas verdades como universais e eternas, quando não passam de contínuas e intermináveis mutações humanas. Por isso, não seria, de forma alguma, exagerado afirmar que a categoria criminosa na qual se enquadra determinado ato pode não tê-lo sido no passado e voltar a não ser dentro de um tempo não muito longo.

Cada verdade pode permanecer tal justamente porque se modifica. Então, o sentido profundo de ser fiel a uma verdade é o de traí-la. Somente traíndo a verdade permanece-se fiel a ela. (CANEVACCI, 2001, p. 42)

É justamente esta mobilidade da verdade anunciada por Canevacci que busco aqui reforçar como ingrediente essencial para escapar ao processo de descolamento da vida tão próprio destas verdades UNAs, sustentadas por um valor ficcional altíssimo, mas que, com o fetiche a ele agregado, ganha a força de uma verdade de bases sólidas, justificadas, muito bem explicadas, imobilizadas. É a isso que chamo de o fetiche do UNO. Em outras palavras, uma força desproporcional de atração para a uniformização de respostas oficiais que, ao menos, dão algum nível de conforto para os que não conseguem, de maneira alguma, conviver com o aspecto inexoravelmente caótico, não

só da vida, mas daquilo que, mais densamente, a constitui, ou seja, as coisas mais banais, as estéticas menos poderosas, os feitos menos racionais, tudo aquilo que não é grandioso. Mais violento ainda é, a meu ver, o teor vaidoso de ditos assim UNOs, cujos emissores atribuem presunçosamente para si a categoria de civilizados e, mais nefasto ainda, logo em seguida, de civilizantes, ou seja, detentores de um tesouro que levará os homens à salvação de suas almas. Antecipando um pouco o que virá mais à frente, já posso dizer que há algo deste ranço no mundo da arte outorgada, e ainda, com proporções fatalmente maiores, em um tipo de jornalismo viciante que se intitula socialmente responsável e, acima de tudo, educativo. Força UNA esta que Castoriadis, também em crítica a esta postura detentora de uma resposta, de uma receita para o mundo, assim, de maneira absoluta e mítica, chamou de a “posse da verdade”. Em suas palavras, “a crença numa verdade acabada e adquirida em definitivo (e, portanto, possível por alguém ou por alguns) é um dos fundamentos da adesão ao fascismo e ao stalinismo.” (1982, p. 54)

...‘o bem-estar geral’ não é um ideal, um objetivo, uma coisa conceituada de uma maneira qualquer, mas simplesmente um vomitivo, que o que é justo para um não pode ser justo para o outro, que a pretensão de uma moral para todos é precisamente um preconceito levado ao homem superior, em resumo, que existe uma hierarquia entre homem e homem e, por conseguinte também, entre moral e moral. (NIETZSCHE, 2007a, p. 149)

É inegável que este tão simpático “bem-estar geral” soa como uma maneira mais que segura para sustentar e justificar uma série de ações cujo fetiche UNO não se desgruda do conceito de “ordem” e, conseqüentemente, da palavra que sai quase como vomitivo após a primeira – “progresso”, ainda mais quando falamos de uma vida urbana. Neste sentido, busco, de fato, defender o absurdo, o indefensável, o imoral, afinal de contas, é justamente o que é aparentemente acima de qualquer suspeita que eu

proponho como alvo principal. Nietzsche já nos abria os olhos, quanto às “coisas boas”, pois, segundo ele, são justamente estas as mais sagazes e habilidosas em disparar suas armas não só sanguinárias, mas também as de calibre mais grossos, as de mais alto alcance, ou seja, as simbólicas, quase sempre camufladas pelo sorriso

Ah! A razão, a seriedade, o domínio das paixões, todo esse tenebroso negócio que se chama reflexão, todos esses privilégios e esses atributos pomposos do homem, como custam caro! Quanto sangue e quanto horror repousam no fundo de todas as ‘coisas boas’. (2007c, p. 60)

De todo modo, é preciso afirmar que não estou descolado deste mundo e, portanto, sou também vítima desta sedutora força de tais fetiches UNOs. Porém é justamente não escondendo o jogo, se afirmando atingido também por eles que, não se colocando acima, planando por sobre a vida, mas misturado nela, teremos mais condições e experiências para, encarando-o de frente, examinando-o em detalhes, podermos dissolvê-lo como o fez Massimo Canevacci (2008), mais exclusivamente com os fetichismos da comunicação visual, tirando, assim, aos poucos, sua força de fetiche, inerentemente UNO.

A narração estupefata favorece perigosas lógicas ilegais que corroem e dissolvem os novos fetichismos. Perfurar as faticidades visuais com o estupor para sair dos fetichismos. Perfurar a atração – sentindo-a. (CANEVACCI, 2008, p. 19)

Continuando nas estratégias de dissolvência fetichista de Massimo Canevacci, acho importante abordar outro conceito criado por ele. Como maneira de trabalhar a força sedutora, o ímã de atenção constitutivo destes fetiches, ele criou o conceito de *atrator*. “O atrator anula temporariamente o movimento do olho exercendo um poder que une o olhar e a coisa.” (2008, p. 16). No nosso caso, ao ampliar o fetiche visual para

o fetiche de discurso, de moral, o olho imóvel torna-se metáfora para a verdade imóvel e o *atrator* torna-se muito menos localizável, menos material, porém muito mais potente, justamente por estar no ar, inapreensível, simbólico. De todo modo, um nariz não entupido capta seu odor descarado para os que cheiram desvestidos de ideologia – nietzschianamente, vem de uma matriz judaico-cristã de pensamento, justamente aquela evocada por Maffesoli quando ele diz que “o que está em jogo é a exaltação da vida no que tem de sensível e afetuoso. O ascetismo, a contenção, a limitação, próprios da educação judaico-cristã, não têm mais curso.” (2007, p. 42)

O que não consigo suportar neles é a maneira com que levantam os olhos. – Felizmente que, para a maioria, os livros não passam de ‘literatura’. – Que não nos deixemos induzir no erro: ‘não julgueis’, dizem eles, mas mandam para o inferno tudo o que atravessa no caminho deles. (...) Leiam-se os Evangelhos como livros de ‘perversão’ pela moral: a moral é atrelada a esses mesquinhos – conhecem muito bem a utilidade da moral! É a moral que melhor permite levar a humanidade pelo nariz! (...) desse modo colocaram a si próprios, a ‘comunidade’, os ‘bons e os justos’, de uma vez por todas, de um lado, do lado da ‘verdade’ – e o resto, o ‘mundo’, do outro... (NIETZSCHE, 2007b, p. 84)

Neste sentido da invenção ficcional, cuja força está muito atrelada à linguagem, à ideologia e à fé, que começo a pensar o conceito de “ordem”, comum tanto aos ditos oficiais quanto aos jornalismo preguiçosos e pouquíssimo perigosos que dão corpo, grosso modo, ao discurso fetichista da bem-aventurança, do já criticado “bem-estar geral”. Digo preguiçosos por não darem ao pensamento a possibilidade de ir além, de habitar locais sombrios, perigosos, de mover-se, satisfazendo-se em habitar, pela vida inteira, um local onde a moral já se estampa na manchete, onde o julgo já está nas primeiras frases da matéria, onde o espaço para o pensamento perigoso – em outras palavras, pulsante – é negado em favor de uma limpeza, em favor de um nefasto papel

de "porta voz" de uma humanidade inventada. Outro estudioso das produções humanas que vale a pena retomar neste caminho é Michel Maffesoli, que busca, em seus trabalhos, entre outras coisas, um convívio melhor entre a vida e suas "partes de sombras", seus cenários sombrios, nas "partes do diabo" (título de um de seus livros, 2004), ou seja, com a completude da vida. Retomando o que escrevi acima, ele vai dizer que existe um "fosso cada vez mais profundo entre os que vivem este mundo e os que supostamente devem representa-lo e geri-lo" (2007, p. 50). De todo modo, nem os seres nem as coisas estão descolados, por mais que discursivamente tentem, da força vital que organiciza a vida e a torna indisciplinada, portanto, a meu ver, num sentido imanente, este fosso, se existe, talvez nem seja tão profundo. Ah! Mas as aparências, estas, sim, são.

Pois bem, comparo, portanto, a idéia e o conceito de "ordem", em especial o de "ordem urbana", com uma linha reta, uma linha sem solavancos, sem erros, permanentemente controlável, onde a mínima ondulação deva ser imediatamente apagada em prol de um controle, em prol de um sonho, ou melhor, de um sono confortável. Não é à toa que, na medicina, a morte é representada quando a linha cardíaca perde os impulsos, torna-se reta, atrelada a um som contínuo, mono e imutável. Palavras como homogêneo, consonância, harmonia e equilíbrio são tão comuns nas receitas por uma vida melhor que uma crítica acerca delas pode soar até mesmo doentia. De todo modo, é justamente isso que proponho, um colocar tudo que se auto-promove como "bom" sob a maior suspeita. Acredito, portanto, que, de uma maneira contundente, esta vontade de evolução e de civilidade que tanto promove estes desejos de "ordem" tenha papel protagonista na inegável despencada do valor de uso do ambiente no qual vivemos hoje, preponderantemente urbano.

Até que ponto somos privados de usar a cidade reduzindo seu potencial de uso à passagem? Até que ponto as vias expressas engarrafadas são o flagrante da falta de valor de uso e da falência dos sonhos de “ordem” enquanto as ruelas, as vielas podem ser corta-caminhos de fuga, ou melhor, indícios de uma possível retomada deste valor de uso? Vale lembrar que, neste momento em que escrevo este trabalho, a recém-eleita prefeitura do Rio de Janeiro bate no peito com todo o orgulho de quem faz o “bem” e diz estar dando um “choque de ordem” na cidade. Uma das principais práticas que já vem marcando estes primeiros meses de Eduardo Paes na prefeitura é a destruição e a proibição imposta a uma série de bares, muitos deles tradicionais, de *usarem* as calçadas com suas mesas e cadeiras, sob a justificativa de que atrapalha e desordena o livre trajeto do habitante urbano. Eis, então, a materialização e a fetichização da funcionalidade do valor de passagem, passando por cima do valor de uso, este sim muito mais vinculado ao aspecto rebelde da vida, do cotidiano. Em suma, cada vez mais a “livre passagem” torna-se metáfora para a programação da vida, para uma vida sem, ou com mínimos espaços onde possa irromper o inesperado, o risco, o perigoso. Neste sentido, o máximo controle, a meu ver, significa o mínimo de vida; de todo modo, é esta, hoje, a obsessão dos gestores urbanos. Outro flagrante deste desvalor de uso que vivemos está no discurso policial. Já fui pego em algumas blitz de carro e, mesmo apenas caminhando, já fui parado autoritariamente por policiais, seja aqui no Rio de Janeiro ou em outras cidades. Em todos os casos, a primeira abordagem foi sempre a mesma, ou seja: “para onde está indo?” “vem de onde?”. Percebam que é fora de cogitação você simplesmente estar na rua, afinal de contas, esta, hoje, é feita apenas para suas idas e vindas, afinal, “quem tem o que fazer” não deveria ficar “vagabundeando” pelas ruas. Em suma – a não ser que você esteja passeando na praia, no parque ou na lagoa, lugares feitos para isso –, estar numa rua comum sem objetivos

claros, sem estar a caminho de lugar algum, ou seja, simplesmente usando a rua, especialmente em horários alternativos como a madrugada, torna-se, hoje, justificativa para que sobre você recaia uma série de suspeitas de ameaças contra a “ordem pública”.

É justamente sobre o conceito de “ordem” que Henri Lefebvre dedica parte de sua mais conhecida obra (2001), dividindo-a em uma *ordem distante* e outra *próxima*, onde a primeira é aquela de que falo, ou seja, a que se propaga de cima, amplificada por seu pertencimento a ideologias, políticas e a instituições, no caso o Estado. Enquanto a segunda nasce de uma maneira mais coletiva, através da organização natural de indivíduos em grupos e na relação entre estes. Sendo também um contundente crítico em relação à primeira forma, ele diz:

Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas e políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa o seu poder coator. (id., p. 52)

Continuando sua crítica a este desejo – em suas palavras, funcionalista – pela ordem, ele coloca, de maneira irônica, em cheque uma palavra bem comum a quem defende esta maneira de reger a cidade, a *coerência*. Como se postular universalmente coerente frente à caoticidade e à dissonância tão constitutiva deste acontecimento humano chamado cidade, talvez hoje, sendo ainda melhor expressa como metrópole comunicacional, como o fez Canevacci (2008)?

Como pôr ordem nessa confusão caótica? É assim que o racionalismo de organização coloca o problema. Essa desordem não é normal. Como instituí-la a título de norma e de normalidade? É inconcebível. Essa desordem é malsã. O médico da sociedade moderna se vê como um médico do espaço social doente. A finalidade? O remédio? É a *coerência*. (LEFEBVRE, 2001, p. 30)

Se é esta “ordem pública” que representa, grosso modo, a lei oficial, é justamente fora dela que fui procurar uma série de produções estéticas juvenis indisciplinadas que, de alguma forma, representam uma maneira eXtrema¹ de reclamar para si o direito de uso sobre a cidade, em especial sobre seu aspecto mais evidente – a arquitetura comunicativo-visual. Mesmo que possa parecer estranho, ou até mesmo anti-educativo, o que, a meu ver, seria mais um motivo de impulso, posto que são indícios do nível de perigo e de interesse desta minha aventura intelectual, encontrei, no *Bonde do Xarpi*, ou, sendo mais claro, na meninada da piXação² – meninos e meninas moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro que saem em missões pela madrugada, a fim de “espancar” seus “nomes”, “piXando” o próprio corpo da megalópole, ou seja, fabricando seus delitos que evidenciam a ingênua eficácia do processo de invisibilização ao qual estão violentamente assujeitados –, mais que um flagrante frente a ineficácia de transformar a metrópole em um lugar amplamente regulado, ainda mais se tratando de uma regulação metafísica, mas indo além, uma fonte para a irrupção de um pensamento reconquistador da metrópole, de um reclame, um grito bem-humorado de, como de costume entre eles – “É tudo nosso!” De todo modo, é preciso não cair no erro de colonizar uma força potencial como a piXação dentro de minhas atribuições de significado e minhas literaturizações, afinal de contas, toda a potência que me encantou e que me fez mergulhar de cabeça é, justamente, o fazer perigoso, delituoso, sem nenhum espaço para explicações racionalistas, grosso modo, cartesianas de seus feitos. São irremediavelmente fortes por não estarem nem aí para

¹ Propositamente a recorrente palavra “eXtrema” neste ensaio virá com o “X” em maiúsculo. Isto para traçar uma simpatia, ou ainda uma homenagem ao trabalho intitulado *Culturas eXtremas* (2005) de Máximo Canevacci por toda sua influência e inspiração.

² Deixarei, durante todo o percurso textual, a palavra Xarpi e piXação com “X” maiúsculo, mais uma vez em simpatia à mesma utilização de Canevacci em *Culturas eXtremas* (2005). “Em suma, o X, pouco a pouco, tornou-se uma espécie de ideograma que, em virtude da fonética inglesa (X = ecs), acabou por incorporar o timbre sonoro do irregular.” (p. 44)

isso, por viverem independente de qualquer regime de verdade que os utilize como algum trampolim ou coisa do tipo, e mesmo se os utilizarem, habilidosos no drible, justamente por nem darem atenção, passam intactos por isso.

Escolhi como muito significativas duas características marcantes de tais jovens (mesmo que muitos nem sejam mais tão jovens assim, aqui a juventude tem muito mais a ver com um ímpeto adrenalizante que com alguma etariedade), importantes no sentido de influenciarem, de certa forma, a produção de novas maneiras não só de olhar a cidade, mais do que isso, de caminhar por ela, conhecê-la em confusão com o próprio corpo, em suma, de vivê-la intensamente. Em primeiro lugar, uma enigmática força de atração exercida sobre estes jovens por locais que, a um olho “bem” educado, deveria ser evitado, justamente por ser pouco habitado, pouco iluminado, invisível, cheio de riscos e perigosos imprevistos, em suma, morto para a ocupação e vivo como ameaça. Para estes locais, são atraídas, como prova da rebeldia de uma vida irregrável, a vitalidade e a coragem de uma menina que, produzindo uma estética ameaçadora, por ser confortavelmente nomeada de criminosa, assumem, cheias de saúde, o paradoxal papel restaurador de fluxos de emoção, atribuindo, assim, ao termo “destruição” um desconcertante valor positivo, dificilmente digerido por aqueles que têm a “ordem” como cabresto da vida. Seria o “mal”, o fora da lei, o criminoso capaz de produzir uma arte tão intensa que possa, inesperadamente, atribuir vida e restaurar pulsos a locais da cidade já completamente abandonados? Dizendo melhor, mesmo que ufanicamente³ é justamente por ser “mal” e por não estar nem aí para a arte, dando gargalhadas que atrapalham o mundo silencioso da mesma, que esta menina fervilha em estética, afinal de contas, esta não tem nada a ver com gosto e muito menos com beleza, indo além, menos ainda com conceitos.

³ Peço um desconto, afinal de contas, meu envolvimento com esta galera se dá em arrepios. De todo modo, pode ser também uma contra partida a carga ufanicamente negativa de um discurso oficial sobre a piXação.

Em segundo lugar, o que me chamou muita atenção foi a capacidade de misturar velocidades diferentes de atuação. Da rapidez da escalada à eXtrema sutileza e lentidão das *escoltas*⁴; da habilidade em alcançar, dentro de poucos segundos, o terceiro andar à lentidão na hora de pôr o nome, afinal de contas “*só vou lá uma vez, então tem que ficar perfeito*” (Nuno em conversa⁵). Um momento representativo para mim foi quando, seguindo de carro a moto de Nuno e Vuto a caminho de uma das missões⁶ por mim filmadas, ficava evidente a muito maior importância das escoltas e das histórias de cada nome posto. Enquanto eu ficava na ansiedade de chegar logo ao local da ação e da filmagem, eles mantinham, mesmo com o trânsito livre da madrugada, a moto em seus máximos 20km/h, afinal de contas, era preciso distrair a educação do olhar para frente, em favor de um olhar procurador, sem trajeto, ao lado, acima, em diagonal, em suma, um olhar oblíquo que possa captar toda a arquitetura onde as histórias mais intensas de suas vidas e das de seus amigos estão estampadas, abandonando quase sempre as mãos do guidão da moto para apontar com mais precisão de onde vem cada uma. Enquanto eu só pensava na ação e nos perigos que eu estava prestes a correr, o processo e o trajeto até ela pareciam muito mais interessantes para eles. De fato, quem arteia sobre a cidade a vive e a usa muito mais confortavelmente, na pegada, que quem, como eu, a estuda.

Às vezes é justamente no alto, sobre edifícios com que convivemos durante décadas, que alguns sinais singulares, e que nunca havíamos notado antes, improvisadamente nos esclarecem sobre um aspecto recente da cidade. (CANEVACCI, 2004, p. 193)

⁴ Nome dado pela menina à atividade de andar pela cidade em busca dos melhores locais para “espancar” os seus nomes.

⁵ Sempre que forem citações retiradas a partir de entrevistas feitas por mim durante a pesquisa, virá referenciado desta maneira – nome do entrevista somado a inscrição *em conversa*. Justamente por não terem sido entrevistas com perguntas muito bem amarradas e projetadas, mas conversas confortavelmente vinculadas a um nível de programação baixo e simpático a mudanças e imprevistos.

⁶ Nome dado às saídas com objetivo de piXar.

Retomando a lentidão da escolta, outra prática muito comum e que torna o conhecimento acerca da cidade em todos os seus confins mais distantes de seus centros óbvios, turísticos ou geográficos é a tomada, ao acaso, erraticamente, de seus meios de transporte, em especial, no Rio de Janeiro, do ônibus. Muitas vezes, essa meninada, contrariando todos os padrões de uma educação urbanística, se dirige ao ponto de ônibus, pega o primeiro que vier, não importando para onde vá, e desce no ponto final. Assim, sem mapas, com receios, mas sem pudores espaços-temporais, tornam-se, mesmo sem nunca terem ouvido falar nesta palavra, errantes, num jogo bem humorado em que, através destas idas e vindas, as dualidades orientado/desorientado, perdido/encontrado, controle/descontrole perdem sua clareza, ganham uma vulgaridade, uma corporeidade, uma simpatia ao caótico do vivido que, a meu ver, dão à cidade sua chance de continuar pulsando. Eis então o cotidiano fazendo seu papel, a vida em suas reinvenções não dando muita trela para as ordens e leis que, para desconforto dos que as tratam como universais, vindas de cima, surgem de dentro deste caos, vêm da vida e, conseqüentemente, são dependentes dela para sobreviver. Neste sentido, “os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam que os atualizam.” (JACQUES, 2008, p. 52)

Talvez a característica mais evidente da errância seja a experiência de se perder, ou, como tão bem disse Walter Benjamin, da educação do se perder. Enquanto o urbanismo busca a orientação por meio de mapas e planos, a preocupação do errante estaria mais na desorientação, sobretudo em deixar seus condicionamentos urbanos, uma vez que toda a educação do urbanismo está voltada para a questão do se orientar.” (id., ib., p. 53)

A partir de agora, a fim de pensar algumas maneiras de articulação desta produção – à primeira vista criminosa – a um novo pensamento mais possuidor,

apropriador, indisciplinado e, em última instância, vivo da metrópole associado à sua pedagogia contaminada por uma arquitetura comunicacional, utilizarei alguns fragmentos retirados de uma série de entrevistas feitas por mim com piXadores para, através de tais ditos, tecer uma conversa-texto com alguns outros pesquisadores/pensadores que, de alguma maneira, também tenham, em algum momento, destinado a atenção do seu trabalho, mesmo que a partir de outras matrizes, à perda do valor de uso da metrópole.

– A rua é um ensinamento. Nem tudo se aprende na escola, a rua também ensina. Ensina o melhor e o pior de tudo. (Dark, em conversa)

– Nós vivemos em meio ao caos, à miséria e à violência, e eu vivo aqui. Com os olhos bem abertos. Vejo tudo o que está acontecendo. A rua é a visão. Quem está na rua tem a visão. (Carol, em conversa)

Começo essa conversa-texto com estes dois trechos muito potentes e significativos, de onde retirei dois pontos que considero importantes para se pensar, mais uma vez, perigosamente, essa pedagogia, de certa forma nebulosa, que percorre a cidade em seus interstícios simbólicos, invisíveis, e, justamente por isso, bem marcantes. Um é este desvestir de beatitude a força pedagógica, uma força que passa, assim, a abraçar a vida de uma maneira mais ampla, sem muitos pudores morais, “além do bem e do mal”⁷, ensinando o melhor e o pior. Neste sentido, mesmo sem falar sobre pedagogia, Michel Maffesoli propõe esta mesma ampliação ao campo da estética. De todo modo, a pedagogia e o fazer estético só estão distantes em suas definições mais rígidas, mas, na vida, se encostam, se misturam.

⁷ Referência e homenagem ao título da obra de Nietzsche (2007a).

... deformar alguma coisa é incompreensível numa lógica da medida e da utilidade; chega a ser mesmo, no sentido etimológico, uma perversão, que atua na contramão da racionalidade simples. Além disso, o fato de ligar a incompletude e a estética mostra que esta, ao contrário da moral, pode conviver com a imperfeição, ou seja, incorporar a totalidade da vida, inclusive a sua parte de sombras. (MAFFESOLI, 2005, p. 78)

A segunda é este entendimento um tanto provocativo da aproximação e da convivência com o caos, como uma plataforma para ampliar conhecimentos. A meu ver, isso pode ser encarado como uma amplificação da abordagem dada por Sílvio Gallo, em seus estudos sobre Deleuze, a este conceito de caos. A fala de Carol, portanto, representa uma ruptura, uma vez que, volta e meia, somos sugeridos a criar uma relação direta entre organização ou compartimentação de pensamento e um maior nível de conhecimento, mantendo uma relação íntima com o que disse anteriormente sobre uma educação urbanista e o “orientar-se”.

A opinião luta contra o caos que é a multiplicidade de possibilidades; incapaz de viver com o caos, sentindo-se tragada por ele, a opinião tenta vencer o caos, fugindo dele, impondo um ‘pensamento único’. (GALLO, 2003, p. 59-60)

Há, para mim, portanto, uma aproximação entre os conceitos de caos e de risco, uma vez que, esta luta entre caos e opinião parece ser sustentada na vontade desta última de não só atingir um fictício conhecimento maior, mas também evitar, o máximo possível, a presença do inesperado, do risco. Neste sentido, Celacanto, um dos primeiros e mais folclóricos piXadores do Rio de Janeiro, inventor do piXo “Celacanto Provoca Maremoto”, hoje já com seus 50 anos, em nossa entrevista, logo após abrir o olho da meninada quanto aos riscos das escaladas de prédios, disse: “– *Mas como eu vou julgar? Quem vive sem risco, vive sem graça.*” (Celacanto, em conversa). Talvez seja,

justamente um pouco de graça que falte à idéia de conhecimento para descer de um certo pedestal que, mesmo enfraquecido por estas gargalhadas juvenis, ainda mantém fortes bases.

– A cidade e a rua representam liberdade de expressão do que realmente o ser humano pulsa de vida. Eu acho que se a cidade fosse só concreto, paredes pintadas de cores simétricas, sem sentido, seríamos robôs numa cidade. (Wrangler, em conversa)

– É um fenômeno que imprime na cidade uma emoção. Diferente de simplesmente ter todas as paredes lisas. Tem um diferencial, dá um aspecto mais humano àquela selva de concreto. Nesse ponto, acho que de certa forma enriquece. Não digo que enriqueça esteticamente, mas ele coloca um pouco mais de gás nesse ambiente urbano. (Celacanto, em conversa)

Percebo, aqui, uma relação muito próxima, quase misturada, entre as idéias de risco, graça e vida diretamente vinculadas a esta vital criminalização, no bom sentido (se é que é possível), desta pedagogização do acontecimento urbano, uma vez que o comportamento, sempre dentro do que está estabelecido como lei hoje, dá ao uso da metrópole um lugar muito limitado, para não dizer sem graça, frente à profusão dos fetiches comunicacionais nos quais estamos mergulhados. Afinal de contas, da transformação da cidade industrial à atual metrópole comunicacional, o que se viu foi uma ebulição das possibilidades de seu uso, em especial de seu uso visual-performático. Neste sentido, a entrevista com Celacanto foi significativa, uma vez que, já no final da década de 70, a cidade, para ele, ganhava justamente este valor do uso comunicacional:

– A cidade para mim eram só telas, e eu procurava a melhor tela, onde eu pudesse estampar a minha marca. Então, eu não estava nem aí para o trânsito, para o urbanismo, para nada. Eu olhava funcionalmente, onde eu iria colocar a minha marca de forma que as pessoas vissem melhor. (Celacanto, em conversa)

É neste sentido que a pesquisadora italiana Daniela Luchetti, ao estudar a produção da escrita sobre os muros, chamada por ela de *aerosol art*, afirmou que a linguagem do piXador está articulada ao complexo sistema urbano, se reinventando em continuação, “desarticulando até as regras da comunicação para desvestir a cidade do sonambulismo habitual que parece tê-la agarrado inexoravelmente.” (2001, p. 78). Retomando, o professor Massimo Canevacci – que dedicou grande parte de suas pesquisas antropológicas às transformações das cidades, sempre de uma maneira destemida em relação às invenções morais – chamou estas formas alternativas de apropriação da força comunicacional da metrópole, de *interstícios*, os quais seriam, em suas palavras, “as margens internas no tecido urbano, frequentemente invisíveis.” (2008, p. 35). Aproximando-se ainda mais da (pretensa)minha epistemologia aqui lançada sobre o fenômeno da piXação, Canevacci afirma:

O *Interstício* faz parte da experiência metropolitana, ele é o elemento significativo para aqueles sujeitos que – ao invés de tornar-se uniforme aos lugares ou vagar entre os espaços – criam zonas mutantes através do próprio transcorrer com um corpo-panorama que somatiza códigos ainda invisíveis, mas que podem produzir sentido. (2008, p. 35)

Está posta, portanto, mais uma sugestão à pedagogia do comportamento urbano, uma maneira de fazer frente à uniformização não só dos lugares, mas também da maneira como passamos por eles – que seja um passar mais ativo, marcante, comunicativo, resistindo à passividade quase-morta da palavra “vagar”. Desta maneira, passo a compreender a piXação como uma parte já constitutiva da metrópole.

– Se você ver, até as novelas feitas em cenário possuem, muitas vezes, piXações ao fundo, porque se tornou uma paisagem urbana. Não tem mais como montarem uma cidade sem

piXação, só se for uma cidade militar ou miliciada.” (Tatá, em conversa)

PiXação, portanto, como um flagrante da vontade e do fetiche comunicador que nos atravessa, a quase indistinção entre a velocidade das fibras óticas, cada vez mais comuns e velozes, e o corpo marcado pela habilidade, sagacidade e coragem desta menina que, mesmo sendo constantemente violentadas – não só fisicamente, mas também, simbolicamente, em especial pelos vícios jornalísticos em reduzi-los a vândalos –, leva a comunicação da sua marca e do seu nome como estilo de vida.

– Meu corpo é um mapa de cicatrizes, esta no pé é a Avenida Brasil, já esta aqui no punho é São Gonçalo. (Nuno, em conversa)

– Aquele meu nome não é só um nome, é uma lembrança. Quando passo por lá, lembro como foi, quando foi, com quem foi, lembro dos amigos. (Flit, em conversa)

Fica evidente a complexificação do espírito, da alma da cidade para esta menina, ela assume-se em uma mistura corpóreo-visual. Não se sabe mais distinguir muito bem onde termina o corpo e onde começa a cidade, mesmo em nível de representação. Andando pela cidade, vendo seus nomes, seu corpo se emociona, a lembrança de momentos, a nostalgia te arrepia, enquanto, sozinho, revendo seu corpo, a cidade se expõe em um mapa cheio de fluxos, sempre vivo, em intensa construção. Intensa por ser feita com e a partir da dor. De todo modo, aqui, a dor não é, de forma alguma, negativa, torna-se uma honra, uma prova, um diploma de conhecimento da metrópole. E é desta maneira, com outros mapas, outras placas, que o conhecimento da metrópole se modifica, ganha matrizes alternativas, referências criminosas. Placas que desconfortam, justamente por flagrarem uma ignorância de quem não compartilha com

tal conhecimento, placas somente para quem, de fato, está mergulhado neste mundo onde o fluxo simbólico-comunicacional-visual é ininterrupto.

– É outra referência cara. Eu nem preciso saber os nomes das ruas. Explico de outra forma – ‘é aquela rua que o FYT colocou o nome junto com o Digo em 2006, lembra? Aquele de branco fosco. (Nuno, em conversa)

É preciso, portanto – ou melhor, se faz urgente –, encararmos as leis e nossas amarras morais não com a rigidez que elas se postulam, é necessário um golpe, um solavanco como ataque surpresa ao que supostamente é *inatacável*, para que estes conceitos, postos como imobilizados, recarreguem e tornem inegável sua real e constitutiva mobilidade, mutabilidade. Em outras palavras, temos que impedir que as leis e as morais nos impeçam de encontrar, justamente na ilegalidade, no imoral e no crime, fontes para nossa epistemologia; afinal de contas, em pouco tempo, como a história já cansou de provar, o crime torna-se arte e a arte torna-se crime, mas isso tudo sem nunca deixar de ser produção estética, aquilo que torna nossa vida menos penosa, fruível. Pode doer, pode até levantar alguns mortos, que gritem alguns mudos, mas acredito que esta desvestida, ao menos, oxigenará a pedagogia e, em especial, o campo do ensino que mais se propõe ao estudo da estética, ou seja, o ensino da arte. Mesmo que cause uma série de desconfortos, angústias, medos e faltas de ar, mas uma olhada para o lado, para o fundão, como já descrevi, faz encontrar o que já está em baixo do nariz de todo mundo, uma série de formas de vida e de produções fervilhantes que, em muitos sentidos, nos ajudam não só a compreender e a conviver melhor com a vida, mas que também implodem, jogam por terra uma série de regimes de verdade que ainda sustentam o mundo do conhecimento. Simpatia pela vida. Mesmo que, num primeiro ímpeto, suas pernas te façam correr do perigo, volte lá, escolte, com todo o cuidado,

minuciosamente, em pouco tempo você vai rir dele, sentir falta. Há vida, há ar respirável, onde, supostamente, não deveria ter ninguém.

Referências Bibliográficas

CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos da metrópole*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CANEVACCI, Massimo. *Fetichismos visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. – 2ª ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. (Org.) *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GALLO, Silvio. *Deleuze & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, SP: Itaú Cultural, n. 5, (abr./jun. 2008), 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCHETTI, Daniela. *Writing: storia, linguaggi, arte nei graffiti di strada*. – 2ª ed. – Roma, Itália: Castelvecchi, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Escala, 2007a.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Anticristo*. São Paulo: Escala, 2007b.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Escala, 2007c.